



CR Almeida

CR Almeida S/A - Engenharia de Obras



Relatório de Auditoria

*Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024*

Rua Almirante Tamandaré, nº 738 - 3º andar
Alto da XV - CEP 80045-170 - Curitiba - PR
Tel: +55 (41) 3016-8871

moorecwb@moorebrasil.com.br
www.moorebrasil.com.br



Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balanço patrimonial	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	08
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos Srs.
Administradores e Acionistas da
CR Almeida S/A - Engenharia de Obras

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CR Almeida S/A - Engenharia de Obras em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, existem ações judiciais promovidas por Ministério Público e contratantes que foram avaliadas pelos consultores legais e pela Administração como perdas possíveis e, portanto, segundo as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), não é requerida a constituição de provisão para perdas uma vez que não reúnem todas as características para o seu registro, havendo, inclusive, incertezas quanto a apuração dos valores dos possíveis passivos contingentes. Assim, considerando inclusive a expressividade de valores envolvidos, não obtivemos evidências de auditoria suficientes para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações financeiras que indicam que as receitas de atividades operacionais vêm sofrendo reduções significativas com a conseqüente acumulação de prejuízos nas operações e, ainda, apresentam um excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes na ordem de R\$ 31.860 mil e excesso de passivos não circulantes sobre os ativos não circulantes na ordem de R\$ 98.411 mil, fatos que culminam na apresentação do patrimônio líquido na situação de passivo a descoberto e dificultam sobremaneira, inclusive, a participação em futuras licitações.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para fato de que a Companhia, conforme mencionado na Nota Explicativa 05. c, a Companhia possui créditos a receber junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão (DER/MA) resultantes da condenação daquele órgão em Ação de Indenização que aguarda a expedição de precatório e sua consequente realização

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 19 de maio de 2025.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 005.174/O-5

Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR-060-422/O-7

	Nota	2024	2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	656.463,36	685.006,03
Contas a receber	05	32.939.589,52	32.324.485,62
Estoques	-	1.814.573,27	1.814.573,27
Adiantamentos a fornecedores e subempreiteiros	-	2.593.395,02	2.589.198,34
Tributos e contribuiões a recuperar	-	5.211.889,27	5.679.623,27
Transaões com consorciadas	12.a	13.729.838,21	13.917.819,74
Despesas antecipadas	-	196.030,47	608.347,88
Outros ativos	-	425.044,36	439.388,96
		57.566.823,48	58.058.443,11
Não circulante			
Contas a receber	05	147.511.621,64	149.249.333,37
Depósitos para recursos	-	3.590.855,87	4.941.513,08
Despesas antecipadas	-	382.906,15	224.360,22
Outros ativos	-	593.399,46	591.955,59
Imobilizado	06	118.801,88	193.172,87
Intangível	-	1.607,01	1.607,01
		152.199.192,01	155.201.942,14
Total do Ativo		209.766.015,49	213.260.385,25
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros	07	6.354.999,61	7.145.998,82
Obrigaões fiscais, sociais e trabalhistas	08	8.367.002,20	10.893.243,28
Adiantamentos de clientes	09	73.787.175,59	73.503.779,95
Transaões com consorciadas	12.b	918.140,87	897.091,38
		89.427.318,27	92.440.113,43
Não circulante			
Obrigaões fiscais, sociais e trabalhistas	08	519.041,50	1.364.683,22
Imposto de renda e contribuiao social diferidos	18.a2	4.008.637,73	4.422.213,14
Provisões para contingências	10	219.598.316,91	190.010.084,65
Débitos com pessoas ligadas	11	26.094.340,48	13.730.968,30
Outros passivos	-	390.106,97	390.106,97
		250.610.443,59	209.918.056,28
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Capital social	13.a	63.893.544,36	63.893.544,36
Ajustes de avaliação patrimonial	13.b	24.036,30	24.036,30
Prejuízos acumulados	-	(194.189.327,03)	(153.015.365,12)
		(130.271.746,37)	(89.097.784,46)
Total do Passivo		209.766.015,49	213.260.385,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado



Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida das atividades operacionais	14	152.250,67	5.709.295,63
Custo das atividades operacionais	15	<u>(4.383.136,92)</u>	<u>(5.525.099,97)</u>
Prejuízo bruto		(4.230.886,25)	184.195,66
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	15	(11.171.222,57)	(16.659.647,21)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	16	<u>(25.952.102,69)</u>	<u>(11.928.821,27)</u>
		(37.123.325,26)	(28.588.468,48)
Prejuízo antes dos efeitos financeiros		(41.354.211,51)	(28.404.272,82)
Receitas financeiras	17	1.855.507,88	1.613.910,42
Despesas financeiras	17	<u>(2.088.833,69)</u>	<u>(2.134.840,57)</u>
Prejuízo antes da tributação do imposto de renda e da contribuição social		(41.587.537,32)	(28.925.202,97)
Imposto de renda e contribuição social	18.a3	413.575,41	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(41.173.961,91)</u>	<u>(28.925.202,97)</u>

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

	Nota	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício		(41.173.961,91)	(28.925.202,97)
Outros resultados abrangentes:			
. Realização de ajustes de avaliação patrimonial	13.b	-	-
Resultado abrangente do período		<u>(41.173.961,91)</u>	<u>(28.925.202,97)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

Mutações	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	42.805.353,16	24.036,30	(124.090.162,15)	(81.260.772,69)
Aumento de capital	21.088.191,20	-	-	21.088.191,20
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(28.925.202,97)	(28.925.202,97)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	63.893.544,36	24.036,30	(153.015.365,12)	(89.097.784,46)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(41.173.961,91)	(41.173.961,91)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	63.893.544,36	24.036,30	(194.189.327,03)	(130.271.746,37)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto



Exercícios findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	(10.482.092,25)	(4.754.202,98)
Prejuízo líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.587.537,32)	(28.925.202,97)
Ajustes por:	28.149.966,94	13.254.994,18
. Juros e variações monetárias	233.907,70	556.243,83
. Perdas em contas a receber	303.839,02	1.049.605,28
. Ganhos por registro de créditos em discussão a receber	(2.050.383,03)	-
. Depreciações e amortizações	74.370,99	83.956,98
. Provisão para contingências	29.588.232,26	11.565.088,34
. Resultado na baixa de ativos não circulantes	-	99,75
RESULTADO AJUSTADO DO PERÍODO:	(13.437.570,38)	(15.670.208,79)
Aumento (redução) nos passivos:	(3.165.363,16)	(822.103,47)
. Fornecedores e subempreiteiros	(854.965,90)	(1.011.853,84)
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(2.614.842,39)	2.313.000,17
. Adiantamentos de clientes	283.395,64	(2.134.348,80)
. Transações com consorciadas	21.049,49	11.099,00
Redução (aumento) nos ativos:	6.120.841,29	11.738.109,28
. Contas a receber	4.328.175,86	11.612.921,39
. Adiantamentos a fornecedores e subempreiteiros	(4.196,68)	9.067,99
. Tributos e contribuições a recuperar	(12.768,69)	128.833,22
. Transações com consorciadas	187.981,53	(129.630,77)
. Depósitos para recursos	1.354.977,06	26.846,15
. Outros ativos	266.672,21	90.071,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	-	(25.188,71)
. Aquisição de imobilizado	-	(25.188,71)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	10.453.549,58	3.796.688,52
. Parcelamento de débitos tributários	-	102.086,02
. Pagamento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas parceladas	-	(1.782.164,77)
. Operações financeiras com empresas ligadas	10.453.549,58	5.476.767,27
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(28.542,67)	(982.703,17)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	685.006,03	1.667.709,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	656.463,36	685.006,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Companhia tem como atividades preponderantes a execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e construção.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de maio de 2025.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundos da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

b Instrumentos financeiros

b1 Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada

ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- b2 Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
- c Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.
- d Contas a receber** - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos, a perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.
- e Imobilizado** - Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis (ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído - *deemed cost* - para os bens das contas de instalações, máquinas e equipamentos e veículos, com base em laudo de peritos independentes). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Companhia. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, determinadas com base em laudo de peritos independentes, utilizando-se o método linear. No caso de uma indicação de que houve uma mudança significativa no método de depreciação, na vida útil (taxa) ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil estimado for maior do que o valor recuperável por uso ou venda.

- f Intangível** - Ativos intangíveis consistem em projetos e softwares de computador, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de cinco a dez anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.
- g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.
- h Fornecedores e subempreiteiros** - As contas a pagar aos fornecedores e subempreiteiros são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.
- i Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.
- j Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se existentes, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.
- k Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.
- l Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações, se ocorridos, são demonstradas em conta redutora do capital, líquido de quaisquer efeitos tributários.
- m Reconhecimento de receitas** - As receitas de obras por empreitada são reconhecidas quando os serviços são prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. A receita financeira é reconhecida com base

no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

n Partes relacionadas - Operações de mútuo financeiro com empresas ou pessoas ligadas são registradas pelos seus valores originais acrescidos de rendimentos às taxas contratuais até a data do balanço.

o Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

o.1 Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

o.2 Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

p Segregação entre circulante e não circulante - As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a 365 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	591.313,45	591.149,51
Bancos conta-movimento	59.895,53	39.671,58
Fundos de investimento	3.078,25	32.643,79
Certificados de depósito bancário	7.612.936,33	8.268.175,99
Provisão para perdas	(7.610.760,20)	(8.246.634,84)
	656.463,36	685.006,03

5 Contas a receber

		2024	2023
Faturas, títulos a receber e serviços executados a faturar	(a)	8.243.184,64	8.247.639,35
Créditos de precatórios a receber	(b)	16.790.977,66	18.528.689,39
Indenizações judiciais a receber	(c)	130.720.643,98	130.720.643,98
Outros valores a receber	(d)	24.696.404,88	24.076.846,27
		180.451.211,16	181.573.818,99
Ativo circulante		32.939.589,52	32.324.485,62
Ativo não circulante		147.511.621,64	149.249.333,37
		180.451.211,16	181.573.818,99

- a Faturas e títulos a receber e serviços executados a faturar** - Representam valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados. Os valores a receber são reconhecidos incluindo os valores dos respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e são apresentados líquidos das perdas estimadas que levam em conta a expectativa da administração na efetiva realização dos valores.
- b Créditos de precatórios a receber** - Consiste em créditos de precatórios a receber junto a diversos estados onde os direitos foram reconhecidos judicialmente. A composição e movimentação nos exercícios está assim representada:

Movimentações	Fazenda Nacional	DER/PR	FUNDER DER/RJ	DER/SP	DER/MG	Estado do Tocantins	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	-	13.306.444,20	1.053.244,90	2.431.288,56	1.481.665,62	256.046,11	18.528.689,39
Reconhecimento	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	-	13.306.444,20	1.053.244,90	2.431.288,56	1.481.665,62	256.046,11	18.528.689,39
Reconhecimento	2.050.383,03	-	-	-	-	-	2.050.383,03
Atualizações	1.334.692,04	-	-	-	9.026,34	34.551,72	1.378.270,10
Recebimentos	(3.385.075,07)	-	-	-	(1.490.691,96)	(290.597,83)	(5.166.364,86)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	-	13.306.444,20	1.053.244,90	2.431.288,56	-	-	16.790.977,66

- c Indenizações judiciais a receber** - Representados por créditos junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão (DER/MA) resultantes da condenação daquele órgão em Ação de Indenização nº 0002140-06.1990.8.10.0001 em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda de São Luis/MA. Referido processo está na fase de cumprimento de sentença.
- d Outros valores a receber** - Representados por cauções (retenções contratuais) retidas por ocasião do pagamento de faturas de prestação dos serviços, os quais são registrados pelos valores efetivamente retidos e são recuperados quando da conclusão das obras. Incluem também valores de numerários a receber junto à consórcios nas quais a Companhia participa e também de suas consorciadas. Referidos valores são apresentados líquidos das perdas estimadas que levam em conta a expectativa da administração na efetiva realização dos valores

6 Imobilizado

	Taxas médias de depreciação - %	2024			2023
		Custo	Depreciações Acumuladas	Líquido	Líquido
Hardwares	0 a 100	2.476.741,12	2.448.945,24	27.795,88	41.221,22
Máquinas, equipamentos e veículos	6,67 a 66,67	646.124,28	610.668,32	35.455,96	42.845,51
Móveis e utensílios	8,33 a 20	793.507,41	739.034,68	54.472,73	107.759,31
Edificações e instalações	4 a 20	19.792,50	19.792,50	-	-
Outros	10	4.042,50	2.965,19	1.077,31	1.346,83
		3.940.207,81	3.821.405,93	118.801,88	193.172,87

As movimentações ocorridas no exercício, foram:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Saldos em 31/12/2024
Hardwares	41.221,22	-	-	(13.425,34)	27.795,88
Máquinas e equipamentos	42.845,51	-	-	(7.389,55)	35.455,96
Móveis e utensílios	107.759,31	-	-	(53.286,58)	54.472,73
Outros	1.346,83	-	-	(269,52)	1.077,31
	193.172,87	-	-	(74.370,99)	118.801,88

7 Fornecedores e subempreiteiros

	2024	2023
Fornecedores	1.784.288,85	2.306.876,58
Subempreiteiros	1.890.698,10	2.198.018,91
Cauções Contratuais	2.680.012,66	2.641.103,33
	6.354.999,61	7.145.998,82

8 Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2024	2023	2024	2023
Sociais e Trabalhistas				
. Débitos Correntes	1.815.343,48	3.026.060,18	-	-
	1.815.343,48	3.026.060,18	-	-
Fiscais				
. Débitos Correntes	4.464.756,71	5.083.666,85	-	-
. Débitos Diferidos	1.553.285,69	1.588.098,44	-	-
. Débitos Parcelados	533.616,32	1.195.417,81	519.041,50	1.364.683,22
	6.551.658,72	7.867.183,10	519.041,50	1.364.683,22
	8.367.002,20	10.893.243,28	519.041,50	1.364.683,22

9 Adiantamentos de clientes

Os saldos incluem R\$ 61.208 mil (R\$ 61.208 mil em 31 de dezembro de 2023) correspondentes a valores recebidos a título de adiantamentos no Consórcio Colíder, na qual a Companhia participa com 50%, concedidos pela contratante Copel Geração e Transmissão S/A. Sobre esses adiantamentos existem discussões, inclusive judiciais, para a cobrança dos valores despendidos (adiantados) pela contratante em decorrência da situação financeira de empresa consorciada em fase de recuperação judicial. A Ação promovida pela Copel foi julgada, determinando o juízo responsabilizar os membros consorciados a arcar com os aportes e prejuízos causados em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas pela consorciada Wind Power Energia S/A, em virtude do estado de recuperação judicial. Todavia, após a interposição de recurso pelo Consórcio Colíder, o TJPR anulou a sentença, determinando o retorno dos autos para a fase instrutória.

Em contrapartida, a Companhia e a Companhia Paranaense de Construção S/A instauraram Procedimento Arbitral nº 24/2022, em trâmite perante a Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, visando obter a condenação da Wind Power Energia S/A na recomposição de todas as perdas experimentadas pelo inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Fornecimento, bem assim com relação às suas obrigações na forma do Regulamento Interno e Contrato de Constituição do Consórcio; além da

declaração da responsabilidade da Wind Power Energia S/A em ressarcir as perdas futuras que vierem as Requerentes a experimentar no caso de sucumbirem na ação judicial que lhes promove a COPEL perante o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. O valor atribuído à causa referente a participação da Companhia no Consórcio é de R\$ 35 milhões.

10 Provisões para contingências

		2024	2023
Cíveis	(a)	215.595.145,27	179.922.860,37
Trabalhistas	(b)	3.913.882,99	3.937.090,60
Fiscais	(c)	89.288,65	6.150.133,68
		219.598.316,91	190.010.084,65

a Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, dos valores totais provisionados contabilmente a título de contingências cíveis, R\$ 182.469 mil se referem ao processo movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra CR Almeida S/A Engenharia de Obras, Consbem Construções e Comércio Ltda., Galvão Engenharia S/A, Serveng - Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Construções e Comércio Camargo Correa S/A, Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, Heleno & Fonseca Construtécnica S/A, Triunfo Iesa Infra Estrutura S.A., Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A, Cetenco Engenharia S/A, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A, Construtora Queiroz Galvão S.A., Construtora OAS Ltda., Sergio Henrique Passos Avelleda, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Fazenda do Estado de São Paulo, visando a declaração de nulidade dos contratos administrativos e aditamentos decorrentes da licitação nº. 41428212, instaurada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo para a realização de obras de construção da Linha Lilás 5 do Metrô de São Paulo. A sentença havia condenado todas as empresas Réis de forma solidária ao pagamento do valor de R\$ 326.915.754,40, acrescido de correção monetária desde setembro de 2011 e juros de mora desde a citação (art. 406 do Código Civil), acrescido de multa civil correspondente a duas vezes o valor do dano. No entanto, o TJSP alterou parte da sentença e determinou a condenação das empresas a ressarcir o prejuízo no importe de 17% sobre o valor dos contratos, com a incidência da correção monetária a partir da assinatura do primeiro contrato celebrado com qualquer uma das empresas (10/2010) e juros a partir da data do evento danoso (assinatura do contrato - 10/2010). As demais condenações que correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, não possuem valores individuais relevantes.

Por outro lado, a Companhia e a Consbem Construções e Comércio Ltda., empresas integrantes do Consórcio CR Almeida - Consbem, estão buscando na Ação de Cobrança nº 1078452-13.2021.8.26.0053 ajuizada em face da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metro o ressarcimento de despesas adicionais havidas durante a execução do Contrato de execução de obras pelas obras da Linha 5 do Metrô SP. O valor referente a participação da Companhia no Consórcio é de R\$ 39,6 milhões.

A Companhia tem outras diversas contingências de natureza cível avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, segundo as regras estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), sem constituição de provisão uma vez que não reúnem todas as características para o seu registro. Dessas contingências possíveis passivas no valor de R\$ 2.375.525 mil destacam-se as seguintes principais:

- (i) **Ministério Público Federal x CR Obras** - Processo nº 5014974-04.2019.4.03.6100 correspondente a Ação de Improbidade Administrativa decorrente das investigações realizadas no âmbito da Força Tarefa da Operação Lava Jato de São Paulo, relacionadas a condutas ilícitas de abuso de poder econômico que, supostamente, teriam causado a eliminação da concorrência, mediante prévio acordo, ajuste de preços e aliança entre os ofertantes visando ao controle regionalizado do mercado, bem como relacionadas à frustração do caráter competitivo de certames e a pagamentos de vantagens indevidas a agentes públicos no bojo dos mesmos procedimentos licitatórios e contratos abarcados pelo cartel. Visa a condenação dos envolvidos por supostos atos de improbidade administrativa no âmbito da Concorrência Pública de n.º 003/2005 da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A (construção do Rodoanel) e de licitações para obras do Sistema Viário do Município de São Paulo (SP). Tendo em vista a natureza da demanda não é possível estimar valores decorrentes de perda na causa. O valor do pedido atualizado é de R\$ 796.478 mil.
- (ii) **Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S/A x CR Obras** - Processo Tribunal de Contas nº 024.994/2012-0 correspondente a condenação sobre indícios de superfaturamento identificados no contrato CT-10/2006 referente ao lote 7 da Ferrovia Norte-Sul pactuado entre a Valec e a CR Obras. O valor atualizado da condenação é de R\$ 124.616 mil. Referida condenação é objeto de Ação Anulatória nº 1042452-85.2024.4.01.3400. Ressalta-se que, o TRF1, em sede de recurso nº 1000301-35.2024.4.01.9340, concedeu medida liminar de suspensão do acórdão condenatório. Além disso, a CR Obras possui Ação de Indenização nº 0049573-75.2010.4.01.3400 ajuizada em face da Valec visando a cobrança de valores decorrentes das diferenças ocasionadas pelo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato 10/2006, a qual foi julgada parcialmente procedente para condenar a Valec ao pagamento do valor atualizado de R\$ 36.552 mil. A referida ação de indenização está aguardando julgamento de recursos de apelação interpostos por ambas as partes.
- (iii) **CR Obras (Consórcio Monotrilho Pátio) x Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metro** - Ação de Rescisão nº 1003274-34.2016.8.26.0053 dos contratos administrativos nº 4170221401 e 417022 (Pátio e Estações), cumulada com pedido de indenização pelos prejuízos que a CR Obras e a Andrade Gutierrez suportaram, como perdas e danos e lucros cessantes. O valor atribuído à causa é de R\$ 312.160 mil. Além disso, busca-se na mesma ação, a suspensão das multas impostas contra o consórcio nos processos administrativos 4170221401/003/2016, 4170221302/003/2015, 4170221302/004/2016, 4170221302/002/2015, 4170221401/002/2016, 4170221302/001/2016 e 4170221401/001/2015, as quais perfazem o valor atualizado de R\$ 26.924 mil.
- (iv) **Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metro x CR Obras (Consórcio Monotrilho Integração)** - Processos nº 1017567-67.2020.8.26.0053, 1065425-94.2020.8.26.0053 e 1064010-47.2018.8.26.0053 correspondem a ações buscando o afastamento e/ou cobrança de multas impostas em diversos processos administrativos ajuizados pelo Metrô. O valor aproximado das multas é de R\$ 60.062 Mil. Em contrapartida, a CR Obras promoveu a Ação de Rescisão nº 1025828-89.2018.8.26.0053 em face do Metrô, na qual se pleiteia a rescisão do contrato administrativo nº 42209211301 cumulado com pedido de condenação do Metrô ao pagamento dos valores a título de reajuste contratual que foram indevidamente retidos. O processo foi julgado parcialmente procedente, sendo o Metrô condenado ao pagamento de valores indevidamente retidos nas faturas emitidas pelo Consórcio, referenciado à medição relativa ao mês de março de 2018. O valor aproximado da condenação da sentença é R\$ 7.488 mil. Além disso, a Companhia promoveu Ação de Rescisão nº 1050088-41.2015.8.26.0053 em face do Metrô, na qual se pleiteia a rescisão do contrato administrativo nº 4220921301, com relação às obras da parte civil, bem como indenização pelos prejuízos que suportaram em face do desequilíbrio econômico-financeiro do ajuste. O

processo foi julgado parcialmente procedente, sendo o Metrô condenado ao pagamento das vigas-guia não fabricadas. O valor estimado da sentença é R\$ 24.636 mil. Ambos os processos aguardam julgamento de recurso interposto ao STJ.

- (v) **Companhia do Metropolitan de São Paulo – Metro x CR Obras (Consórcio Monotrilho Estações) - Ação de Cobrança nº 1004955-29.2022.8.26.0053** de multa imposta no processo administrativo nº 4170221302/001/2016 em razão de suposto abandono do canteiro de obras e outras infrações contratuais. O valor da multa é de R\$ 12.523 Mil
- (vi) **Companhia do Metropolitan de São Paulo – Metro x CR Obras (Consórcio Monotrilho Integração) - Processos nº 4220921301/015/2016, 4220921301/008/2016, 4220921301/023/2021 e 4220921301/013/2016**, correspondem a processos administrativos ajuizados pelo Metrô visando a cobrança de multas contratuais por supostas condutas do Consórcio. O valor das multas é de R\$ 99.354 Mil.

Os valores indicados se referem a participação da Companhia nos Consórcios em que ela atuou.

Em 03 de julho de 2024, o Consórcio VLT Cuiabá - Várzea Grande do qual sua consorciada CR Obras e demais empresas consorciadas (Santa Bárbara Construções S.A., CAF Brasil Indústria e Comércio S/A, Magna Engenharia Ltda. e ASTEP Engenharia Ltda.), juntamente com o Estado do Mato Grosso e os intervenientes-anuentes (Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, as Secretarias de Estado da Fazenda e Infraestrutura e Logística do Mato Grosso, a Procuradoria Geral do Estado do Mato Grosso e a Controladoria Geral do Estado do Mato Grosso), celebraram um acordo pelo qual diversos processos entre o Estado do MT e o Consórcio até então indicados como contingências possíveis foram suspensos e serão extintos após o cumprimento de determinadas condições. Pelo acordo o Consórcio receberá a título de indenização o valor de R\$ 80 milhões.

b Trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2024 existem outros processos no montante de R\$ 2.637 mil, de mesma natureza avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão (Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.628 mil).

c Fiscais

Correspondem, a cobrança de impostos estaduais e municipais, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2024 existem diversos processos no montante de R\$ 15.926 mil, de mesma natureza avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, não havendo valores individuais relevantes, portanto, sem constituição de provisão (Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 65.286 mil).

11 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, no caso de mútuo financeiro, são formalizadas através de contratos. As atualizações são feitas com base na taxa média de endividamento e realizadas em condições específicas determinadas pela Administração da Companhia. Portanto, a posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas nestas negociações. Se realizadas com terceiros, poderiam gerar resultados diferentes para a Companhia. Os administradores, não são remunerados.

	2024	2023
Ativo Circulante		
Contas a Receber		
. Santa Bárbara Construtora S/A	61.833.478,55	61.529.639,53
. Santa Bárbara Construtora S/A - Provisão para perdas	(61.833.478,55)	(61.529.639,53)
	-	-
Passivo Não Circulante		
Débitos com pessoas ligadas		
. Primav Construções e Comércio S/A.	26.094.340,48	13.730.968,30
	26.094.340,48	13.730.968,30
Resultado do exercício		
Despesas financeiras		
. Primav Construções e Comércio S/A.	1.909.822,60	1.610.741,58
	1.909.822,60	1.610.741,58

12 Transações com consorciadas

Os saldos de transações com consorciadas são representativos, essencialmente de diferenças entre aportes efetivamente realizados pelas empresas e/ou distribuição de resultados em valores superiores ou inferiores aos referentes a participação de cada consorciada em cada um dos empreendimentos. Os saldos ao final dos exercícios são assim representados:

a Saldos ativos

	2024	2023
Consórcio AHE Colider	21.494,56	236.156,49
Consórcio Corredor Zona Leste	56.301,67	56.301,67
Consórcio CR Almeida EMPA	6.684,83	5.604,26
Consórcio CR Almeida Via EMSA	976.890,78	974.321,00
Consórcio Equador	523.870,93	523.870,93
Consórcio Metrô SP	1.639.225,24	1.638.184,65
Consórcio Monotrilho Estações	22.724,48	22.724,48
Consórcio Monotrilho SP L17	4.261.248,51	4.251.821,73
Consórcio Monotrilho Linha 17 Pátio	2.070.629,21	2.069.659,04
Consórcio Monotrilho Manaus Construtor	271.311,73	271.311,73
Consórcio SA Paulista	28.563,80	17.500,64
Consórcio VLT Cuiabá Civil	3.721.707,02	3.721.707,31
Consórcio VLT Cuiabá Pleno	129.185,45	128.655,81
	13.729.838,21	13.917.819,74

b Saldos passivos

	2024	2023
Consórcio CJC	5.449,83	5.449,83
Consórcio CR Almeida - J Malucelli	132.763,82	132.763,82
Consórcio Mendes Júnior - Serveng - CR Almeida	130.789,92	130.789,92
Consórcio Monotrilho Manaus Pleno	220.924,56	220.924,56
Consórcio Nova Jacú-Sul	12.423,55	12.423,55
Consórcio Queiroz Galvão - CR Almeida	317.495,30	296.445,81
Consórcio Viaduto Estaiado Curitiba	9.777,73	9.777,73
Consórcio Viva São Gonçalo	7.272,87	7.272,87
SCP - Sociedade Ibaítí	81.243,29	81.243,29
	918.140,87	897.091,38

13 Patrimônio líquido
a Capital social

O capital social no montante de R\$ 63.893.544,36, totalmente subscrito e integralizado é representado por 15.302.681.425 ações, sendo 15.266.126.777 ordinárias e 36.554.648 preferenciais, todas de propriedade da Primav Construções e Comércio S/A. O aumento de capital ocorrido em 2023, por deliberação da 160ª Assembleia Geral de Acionistas, se deu mediante aproveitamento de contas a pagar para a acionista.

b Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a contrapartida do registro da mais valia de bens integrantes de propriedades para investimento e do ativo imobilizado apurados nos termos do ICPC 10. Sobre esses valores contabilizados a título de mais valia de propriedades para renda e ativos imobilizados, líquidos dos efeitos tributários, os valores vêm sendo realizados na mesma proporção da depreciação e/ou baixa dos bens que originaram o registro. Os saldos existentes ao final dos exercícios são assim compostos:

	2024	2023
Sobre a mais valia de ativos não circulantes	36.418,27	36.418,27
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.381,97)	(12.381,97)
	24.036,30	24.036,30

14 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receitas de obras por empreitada e venda de mercadorias	-	5.689.507,34
Receitas de locações	167.769,37	160.678,35
Outras receitas - Multas sobre contratos	-	89,31
Impostos incidentes sobre as receitas	(15.518,70)	(140.979,37)
	152.250,67	5.709.295,63

15 Custos e Despesas gerais e administrativas - Por natureza

	2024	2023
Pessoal e encargos	4.557.578,07	8.738.661,94
Serviços de terceiros	7.813.349,72	7.530.527,87
Perdas em recebíveis	303.839,02	1.049.605,28
Materiais	28.641,16	933.871,25
Locações	434.984,89	384.583,75
Tributos	218.134,46	131.228,04
Depreciações e amortizações	74.370,99	83.956,98
Seguros	589.672,15	696.587,74
Viagens, estadias e locomoções	189.327,91	271.824,75
Despesas legais, judiciais, publicações e assinaturas	1.120.138,73	1.623.396,76
Comunicações e tarifas de serviços públicos	86.363,09	62.812,24
Indenizações diversas	492.475,42	1.012.404,80
Contingências trabalhistas	(134.062,58)	(421.380,01)
Contingências cíveis	169.905,18	-
Outros custos e despesas líquidas	(390.358,72)	86.665,79
	15.554.359,49	22.184.747,18
Classificados como:		
. Custo das atividades operacionais	4.383.136,92	5.525.099,97
. Despesas gerais e administrativas	11.171.222,57	16.659.647,21
	15.554.359,49	22.184.747,18

16 Outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas

	2024	2023
Recuperação de despesas	1.571.044,20	22.043,46
Restituição de FAP - Precatório Fazenda Nacional	2.050.383,03	-
Contingências fiscais	6.060.845,03	239.441,18
Contingências trabalhistas	(110.854,97)	1.683.691,73
Contingências cíveis	(35.502.379,72)	(13.909.601,26)
Outros resultados	(21.140,26)	35.603,62
	(25.952.102,69)	(11.928.821,27)

17 Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras:		
. Aplicações financeiras	581,89	35.313,68
. Contas a receber	1.476.322,08	624.040,78
. Impostos e contribuições a recuperar	374.207,43	954.176,11
. Outras	4.396,48	379,85
	1.855.507,88	1.613.910,42
Despesas financeiras:		
. Empresas ligadas	1.909.822,60	1.610.741,58
. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	97.669,71	432.508,03
. Outras	81.341,38	91.590,96
	2.088.833,69	2.134.840,57

18 Imposto de renda e contribuição social

a Imposto de renda e contribuição social diferidos

a1 Impostos diferidos ativos

Muito embora a Companhia, ao final do exercício mantenha prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e adições temporárias que gerariam créditos tributários, conservadoramente, os valores não vêm sendo contabilizados em razão da incerteza quanto à capacidade de realização dos correspondentes ativos fiscais.

a2 Impostos diferidos passivos

A Companhia reconheceu débitos tributários no passivo, nos termos do ICPC 10, sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados, bem como pela diferença existente entre as taxas de depreciação permitidas pela legislação fiscal e aquelas constantes dos laudos de avaliação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram constituídos considerando a alíquota combinada de 34% (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%).

a3 Resultado do exercício

Os valores constantes na demonstração do resultado, calculados sobre as mesmas bases antes mencionadas, foram determinados a partir do diferimento de créditos de precatórios a receber com o correspondente aproveitamento de créditos de prejuízos fiscais e bases negativas.

	2024	2023
Créditos ativos diferidos (Prejuízos fiscais e Bases negativas de contribuição social)	(177.246,59)	-
Créditos de precatórios a receber	590.822,00	-
	413.575,41	-

19 Benefícios a empregados

A Companhia, em conjunto com outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico ao qual pertence, mantém um Plano Coletivo de assistência complementar na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) junto ao Bradesco Vida e Previdência S/A. As contribuições da Companhia correspondem a 100% do valor aportado pelos funcionários e administradores. Tais contribuições totalizaram R\$ 28 mil (R\$ 61 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

O prazo de carência do plano PGBL é de no mínimo 5 anos de vínculo empregatício. Este plano se trata de plano de contribuição definida, sendo que a Companhia somente reconhece como despesa a contribuição devida quando o empregado tiver prestado serviços à Companhia.

20 Seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21 Ônus, Avais e Garantias

A Companhia possui um ônus sobre um imóvel localizado em Pinhais, registrado no Registro de Imóveis de Piraquara sob as matrículas 1098, 1099, 1100, 1101, 1102 e 3303. Este imóvel encontra-se sob indisponibilidade devido aos autos do processo 1003638-59.2019.4.01.3600, em tramitação na 7ª Vara Criminal de Cuiabá/MT.

Curitiba (PR), 31 de dezembro de 2024.

ROGÉRIO SILVA CARVALHO
Diretor Administrativo Financeiro e
Diretor de Operações

ANDRESSA KAMINSKI FERRARINI
Contadora CRC.PR-054139/O-2